



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA
METROPOLITANA
Unidad Iztapalapa



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA
METROPOLITANA
Unidad Azcapotzalco



XX Congreso Internacional de Análisis Organizacional(XX CIAO)
“Fenómenos organizacionales emergentes en Latinoamérica frente a la crisis global: Homenaje a Guillermo Ramírez Martínez, 20 años realizando el CIAO”

Modos de vida em relação com a natureza: notas para a reprodução da vida

Mesa Temática: Estudios críticos de la administración y nuevas formas de organización en economías alternativas

Modalidad de la ponencia: Temática

Sergio Fernando Campagna Moura da Silva ¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8783-3843>

Nacionalidad: Brasil

Correo Electrónico: sergiofernando114@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Rua Washington Luís, 855

Centro, Porto Alegre, RS – Brasil

Cartagena de Indias, Bolívar, Colombia, del 3 al 7 de octubre de 2022

¹ autor responsable de la comunicación

Modos de vida em relação com a natureza: notas para a reprodução da vida²

Resumo

O argumento deste ensaio é tratar a relação entre modos de vida e natureza a partir das partes constituintes que formam seu conteúdo desde a reprodução da vida. As reflexões estão organizadas em três itens principais: no primeiro proponho uma aproximação de modos de vida com as obras *Hacia una economía para la vida* de Hinkelammert e Jiménez (2005) e o ensaio de Tithi Battacharya (2017) acerca da ampliação da reprodução social. No item seguinte, apresento duas comunidades ribeirinhas próximas ao município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil e as questões que me levaram a estudar o tema modos de vida. O último item apresenta discussões dos conteúdos que estão entrelaçados entre modos de vida e a reprodução da vida. Por fim, proponho uma questão a fim de movimentar próximos esforços teóricos.

Palavras-chave: Modos de vida. Reprodução da vida. Trabalho. Racionalidade reprodutiva.

² Me gustaría extender agradecimientos a Rodrigo Muñoz Grisales quien en nombre de la Red Pilares brindó apoyo para participar en este congreso.

Modos de vida em relação com a natureza: notas para a reprodução da vida

Introdução

Gostaria de iniciar esse exercício de reflexões teóricas resgatando a noção de que “o ensaio valoriza aspectos relacionados às mudanças qualitativas que ocorrem nos objetos ou fenômenos analisados pelos ensaístas” (Meneghetti, 2011, p.322). Essa passagem é importante, pois manifesta um duplo fazer necessário na construção de um ensaio, a posição do sujeito ensaísta em relação ao objeto ou fenômeno analisado e as mudanças qualitativas do objeto ou fenômeno, o que implica um movimento, das múltiplas determinações desse objeto. O ensaio, portanto, é o movimento do ensaísta explorando o movimento que o objeto expressa na realidade. O argumento deste ensaio é tratar a relação entre modos de vida e natureza a partir das partes constituintes que formam seu conteúdo desde a reprodução da vida.

É importante demarcar que o objeto deste ensaio está condicionado ao movimento de mudanças qualitativas. Modos de vida são caracterizados por uma pluralidade semântica – sobretudo nas traduções do inglês e francês – e teórico-metodológica. No português, modos de vida encontram homologias em outras palavras estrangeiras como *way of life*, *lifestyle*, *style de vie* e *genre de vie* (Braga et al., 2017). Como resultado dessas traduções, outras palavras em português são confundidas, ou trabalhadas incorretamente como sinônimas de modos de vida. “Estilo de vida” pode parecer uma possível substituição sem mudanças significativas àqueles que não admitem claramente em sua construção os sentidos de modos de vida. Não obstante, essa substituição

causa não apenas a mudança semântica, como também a mudança teórico-metodológica dessa construção.

É comum encontrarmos escritos sobre “modos de vida” em diversos campos do conhecimento relacionados com objetos distintos. Identifica-se que a junção dessas três palavras apresenta um conteúdo, um significado digno de estudos e pesquisas. Contudo, encontramos também afirmações como a de Guerra (1993, p. 59) indicando que “o conceito de modos de vida se tornou um *leitmotiv* sem conteúdo preciso”. Um pesquisador que se depare pela primeira vez com essa expressão levará consigo mais perguntas do que repostas sobre o que significa efetivamente modos de vida.

Sabe-se que ‘modos de vida’ aparece na sociologia urbana, sobretudo em estudos sobre a transição das sociedades pré-capitalistas para as sociedades industrializadas (Braga et al., 2017). A transição de sociedades sob a lógica pré-capitalista para o desenvolvimento das forças produtivas e das cidades no processo civilizador do capital é o estopim dos esforços intelectuais³ para compreender o fenômeno de mudança da vida em modos distintos, do cotidiano e das relações dos sujeitos com os meios de subsistência.

Nos últimos anos, produções acadêmicas, sobretudo na América Latina, têm manifestado interesse pela relação entre modos de vida e natureza. Estudos sobre co-

³ Esforços como o de Henri Lefebvre (1970) em *La révolution urbaine*, de Antônio Cândido (2010) em *Os parceiros do rio Bonito* ou de Vidal de la Blache (1911) em *Les genres de vie dans la géographie humaine* apresentam modos de vida em relação com a natureza em sociedades rurais com riqueza de detalhes e níveis de análise que se referenciam no campo, sobretudo na relação sujeito-natureza. Ao mesmo tempo em que modos de vida apresentam conteúdos não precisos, outras expressões manifestam significados semelhantes. Em Lefebvre modos de vida, em Cândido meios de vida e em Vidal de la Blanche gêneros de vida. Evidentemente, a construção desses conceitos segue uma fundação epistêmica distinta, logo, produz conhecimentos distintos. Seja qual for a expressão de análise utilizada, a relação sujeito-natureza se manifesta nessas produções.

comunidades que vivem próximas à natureza buscam por compreender os conjuntos de práticas cotidianas e como elas se constituem no meio ambiente que oferece condições de vida para essas comunidades. Os saberes oriundos do trabalho, e os conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades, por exemplo, estão entre os principais objetivos dessas análises. O objeto que na literatura era antes relacionado com a transição dos modos de vida, agora se propõe a entendê-los em dimensões do trabalho, do saber e da cultura.

Ao mesmo tempo me deparei com modos de vida relacionados aos processos históricos das metamorfoses do modo de produção capitalista. Em debate sobre as maneiras de se entender o fordismo, Ferreira (1993, p. 3) resgata dois significados. O primeiro é o fordismo enquanto “sinônimo de processo de trabalho e aos métodos de gestão”, compreendendo o conceito enquanto um novo método de produzir e de organizar os ritmos do trabalho. Já o segundo considera o fordismo enquanto um modo de vida, isto é, autores que “querem inseri-lo num conjunto de conceitos gerais voltados para a explicação das sociedades como um todo” (Wood, 1991, p. 5). Neste caso, fordismo enquanto modo de vida pretende operar não apenas as mudanças das forças produtivas e a re-organização do trabalho, mas também compreendê-la como uma nova mudança qualitativa das relações que se dão fora do espaço do trabalho, no campo da política e até como um modo de regulação.

Pode-se considerar, portanto, duas maneiras de articulação dos modos de vida: entre comunidades e a formação social capitalista. A primeira parte da comunidade, famílias e sujeitos que estão à margem do mercado globalizado, sua condição é a produção de um modo de vida a partir de seu cotidiano em contato com a natureza. Co-

munidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou mesmo atingidas pelo afã desenvolvimentista do mercado capitalista. A segunda parte representa o modo de vida engendrado pela ordem do capital, na formação da sociedade capitalista e suas bases constituintes históricas.

Existem diferenças entre modos de vida nas duas articulações. A primeira é que um modo de vida engendrado pela ordem do capital, ou mesmo, o modo de vida oriundo da sociedade nas cidades gera afetados em sua própria lógica, mas em dimensões distintas. A classe trabalhadora como afetada na ordem interna do capital e os afetados pelas imposições expansionistas que o mercado capitalista desenvolve. Veremos mais adiante que, ao tratar modos de vida nas cidades, uma questão se destaca: a diferença entre trabalho e a reprodução da classe trabalhadora. Um trabalhador só pode se reproduzir uma vez que fora do espaço da produção de mercadorias, ingressa na circulação com dinheiro em mãos – ou mesmo sem dinheiro, utilizando linhas de crédito – trocando-os por objetos de satisfação de necessidades.

Os estudos que tratam dos modos de vida de comunidades tradicionais exploram a lógica violenta pela qual os territórios e seus próprios modos de vida estão sendo ameaçados. Ao analisar comunidades de luta na bacia do rio Camaquã contra um projeto extrativista mineiro, Fernanda Pinto (2019, p. 87) conclui que

A crítica da vida cotidiana dessas comunidades é ainda mais profunda quando revelada como uma confrontação, desmistificação e desalienação dos modos de vida típicos da ordem do capital, que não só modificam ou substituem esses modos de vida históricos, mas o exterminam.

Quando essa confrontação é revelada, a partir dela as comunidades do rio Camapuã lutam pela defesa de seus modos de vida. Isto significa que os modos de vida das comunidades engendram ações de defesa contra projetos de extrativismo mineiro. O movimento positivo de defesa de seus modos de vida históricos carrega em si o negativo da luta contra o capital.

O objetivo deste ensaio não é estabelecer uma definição e um conceito para modos de vida, e sim constituir um debate de algumas determinações que fundamentam seu conteúdo com outros autores que também se dedicaram a escrever sobre modos de vida. Sendo assim, estabeleço um ponto de partida para pensar e refletir modos de vida e estabelecer um movimento para refletir este objeto a partir da obra de Hinkelammert e Mora Jiménez (2005) intitulada *Hacia una economía para la vida*, partindo do conceito de reprodução da vida; e o trabalho de Bhattacharya (2017) acerca da ampliação da reprodução social.

Critérios para a reprodução da vida

O texto de Hinkelammert e Mora Jiménez (2005, p. 29) busca construir um método de análise que leva em conta critérios para a reprodução da vida humana, nas palavras dos autores “um método de análise para orientar a prática econômica em função do critério central da vida humana”. Esse é o princípio prático-teórico que se desenvolve nas reflexões desses autores. Nota-se ser de suma importância a discussão com a economia neoclássica em vários momentos da obra, a retomada da noção de utilidade a partir de Marx e a diferença da “utilidade abstrata” nos economistas. A diferença fundamentada é de que em Marx a utilidade se refere à satisfação das necessidades – culturais, fisiológicas e espirituais – já na economia neoclássica, a utilidade se refere à

maximização das necessidades de preferência entre um objeto e outro, por isso utilidade abstrata.

Em uma escala global, as utilidades abstratas em lógica com o modo de produção capitalista atuam para a centralidade do valor de troca. Isso ocorre porque decidir entre um objeto de satisfação ou outro faz com que o problema da reprodução da vida seja descentrado. Hinkelammert e Mora Jiménez (2005) consideram a categoria ontológica do homem como ser necessitado e produtor. Com ele se estabelece uma racionalidade meio e fim condicionada nessa relação do ser com suas necessidades, em outras palavras, o critério de fim deveria ser em relação às próprias necessidades (fisiológicas, culturais e espirituais), não meramente a preferências – assim como trata a economia neoclássica. A discussão das necessidades e das utilidades se torna importante para os autores na medida em que o modo de tratar a questão reflete práticas que se manifestam nas relações entre os sujeitos em sociedade ou comunidades. Uma vez que a relação dos sujeitos é mediada por trocas simples – como se caracteriza o caráter civilizador do capital – isto é, enquanto os sujeitos se relacionam a partir de um referencial de compra e venda de trabalho, por exemplo, as utilidades passam a ser abstraídas em relação às necessidades primordiais que se estabelecem na relação sujeito-natureza.

As proposições de Hinkelammert e Mora Jiménez (2005) representam um esforço de pensar e repensar a lógica de reprodução da vida constituída historicamente. As análises partem do trabalho que Marx desenvolve ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade daquele século ao apreender a sociedade burguesa, como se comporta e produz sua forma de riqueza, como as relações de produção se manifes-

tam a partir do campo do trabalho e o efeito que elas produzem na sociedade. É no campo do trabalho que as ações dos sujeitos com a natureza se desenvolvem e se transformam. Para Marx (2013, p. 326) “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Efetivamente, por meio da transformação da substância natural, o homem satisfaz as suas necessidades, físicas e mentais ao longo de seu metabolismo com a natureza.

Nesse processo, sujeito e natureza se transformam, entretanto há uma diferença essencial, as ações humanas são antecipadas, isto é, fazem parte de um projeto que antes mesmo de conceber a ação já estão postos idealmente. A natureza é o meio que fornece aos sujeitos da produção (humanidade) a obtenção de valores de uso para a satisfação das próprias necessidades para a reprodução de sua vida. Nesse sentido, a natureza não tem um projeto, ou mesmo uma entidade teleológica que controla suas próprias condições, entretanto, ela reage aos processos controlados pelos sujeitos da produção (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005).

Tais necessidades corporais são estabelecidas nesse metabolismo, condição de reprodução da vida. Para os autores, a racionalidade meio-fim, constituída historicamente, tem um núcleo irracional, devendo ser superada - mas não abolida - por uma racionalidade reprodutiva. Nesse sentido essa racionalidade deve ser capaz de

Analisar e desenvolver, não só esta ação racional meio-fim, senão também a possibilidade de que a mesma práxis humana possa subordinar a lógica da racionalidade meio-fim à racionalidade do circuito natural da vida humana enquan-

to racionalidade da vida e suas condições de existência. (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005, pp. 36-37).

Sendo as fontes originais da riqueza o sujeito (trabalho) e a terra (natureza), a racionalidade econômica no sentido reprodutivo deveria ser capaz de produzir entraves aos aspectos fragmentários da tecnologia e aos conjuntos interdependentes como a divisão do trabalho e a reprodução da natureza (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005). Ao produzir as condições materiais de sua existência, a humanidade se depara com o problema da reprodução: como garantir a continuidade dessas condições? Num primeiro momento pode parecer simples e lógico estabelecer critérios para a continuidade deste processo de circuito natural da vida humana, contudo, o modo de produção capitalista mercantiliza as relações sociais transformando os sujeitos em compradores e vendedores, a relação do sujeito A e do sujeito B medeia-se pela troca de objetos, ou seja, a relação social de A com B se baseia na ação de sua troca (Marx, 2011). Logo, ocorre uma espécie de decaimento das qualidades diferentes para quantidades, por isso a importância do trabalho concreto e abstrato na determinação de um valor de uso e de troca. A racionalidade reprodutiva não se efetiva no momento em que a racionalidade estabelecida na modernidade se coloca a partir de uma lógica de meio-fim, sem abarcar os critérios de reprodução real da vida em comunidade, ou mesmo do direito de viver.

Braga et al. (2011, p. 372) destacam que as análises mais recentes sobre modos de vida se articulam “por um lado, à análise da relação entre as diferentes práticas cotidianas, trabalho, vida familiar, consumo, lazer e etc. e, por outro lado, às relações que o conjunto dessas práticas cotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais”.

Guerra (1993) atribui à primeira articulação análises horizontais que se reduzem ao cotidiano. A segunda entende como sendo de análises que levam em consideração a reprodução da força de trabalho sob a exploração de classes.

Pensar a racionalidade reprodutiva é instaurar na reprodução da vida o critério da reprodução da natureza: lógica antagônica das reproduções mercantis constituída historicamente no processo de luta de classes. Pensar a racionalidade reprodutiva é ao mesmo tempo pensar a reprodução do portador da força de trabalho e o ciclo natural que a concerne. A ética do bem comum articula as práticas cotidianas e as relações sociais mais gerais, já que ela “surge como consequência da experiência por parte dos afetados das distorções que o mercado produz em sua vida e na natureza” (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005, p. 283). Pensar desde a reprodução da vida implica determinar que não se trata de duas dimensões articuladas, mas sim de uma síntese produzida concretamente a partir das ações do sistema de mercado capitalista e suas consequências sobre a vida dos afetados, seja a classe trabalhadora, sejam comunidades tradicionais.

A mesma experiência dos afetados que constitui a ética do bem comum também constitui um modo de vida. Sendo assim, pensar modos de vida é pensar a construção cotidiana a partir da experiência daqueles que em posição de afetados na sociedade neoliberal lutam pela reprodução de sua vida.

Nas cidades, por exemplo, como um trabalhador se reproduz? Essa questão aponta para temas importantes já que o espaço da produção de mercadorias se dá num espaço diferente da reprodução necessária da classe trabalhadora. Ao trabalhador é pago em forma de salário o equivalente ao tempo de trabalho necessário que ele usa

na jornada de trabalho. É com esse salário que ele adquire meios para se colocar no sistema de mercado e trocar signos monetários (dinheiro) por objetos de necessidade. Contudo, a satisfação de suas necessidades não é contemplada no espaço do trabalho, mas fora dele. Esse espaço diferente se refere não só ao local geográfico destinado para a produção e a reprodução, mas também à particularidade das operações que ocorrem por serem cindidos sob o processo de produção capitalista. Em certa medida, é necessário que a própria empresa capitalista dê uma série de condições para que os trabalhadores possam continuar exercendo sua atividade dentro da fábrica, empresa ou órgão público. Existem também particularidades e diferenças nas reproduções de trabalhadores em espaços ou mesmo países diferentes, a lembrar da condição dos irlandeses denunciada por Engels⁴, ou o trabalho de Marini⁵ na dialética da dependência (Bhattacharya, 2017).

A lógica do capital impõe contradições não só no campo da produção a partir da relação capital-trabalho, mas também no campo da reprodução social, que por excelência é

⁴ Na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010), Engels analisa o fenômeno de fracionamento da classe trabalhadora inglesa a partir da ascensão industrial que leva uma multidão de irlandeses migrarem para a Inglaterra em busca dos trabalhos industriais. A situação da fração irlandesa dos trabalhadores representava condições de vida inferiores em relação à fração inglesa, primogênita do movimento operário *pari passu* com a revolução industrial. A condição de reprodução dos trabalhadores irlandeses desenvolveu aspectos de miséria e pobreza, mesmo comparada às também ruins condições dos trabalhadores ingleses.

⁵ O estudo de Marini (1973) demonstra que a integração latino-americana no mercado mundial é inserida a partir de uma estrutura definida de divisão internacional do trabalho com o centro do capitalismo. Sua dinâmica responde à passagem da produção de mais-valia relativa para os centros industriais ocasionando numa troca desigual. A partir da intensificação do trabalho, do aumento da jornada de trabalho e da expropriação de parte do trabalho necessário, a remuneração ao trabalhador na periferia do capitalismo é abaixo do seu valor, correspondendo a uma superexploração do trabalho. As dinâmicas da superexploração afetam o consumo dos próprios trabalhadores, uma vez que o salário não equivale às necessidades de reprodução para conservar sua capacidade produtiva, ou mesmo, sua força de trabalho.

um local de conflito de classes. No entanto, esse conflito é flexionado com certas tendências contraditórias. Por exemplo, como orquestradora do processo de produção, a classe capitalista se esforça para limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. No entanto, para garantir a realização constante da mais-valia, o capital também deve criar novas necessidades na classe trabalhadora como consumidores, e então “satisfazer” essas novas necessidades com novas mercadorias. O crescimento das necessidades dos trabalhadores sob o capitalismo é, portanto, uma condição inerente à produção capitalista e sua expansão (Bhattacharya, 2017, pp. 100-101).

Na relação com a classe dominante, a classe trabalhadora se vê não apenas extraída de sua riqueza material a partir da mais-valia, mas também refém das necessidades que a classe dominante impõe sobre as verdadeiras necessidades. A questão é que essas necessidades jamais são satisfeitas de forma plena, deixando algumas faltas (*lacking*) daquilo que realmente necessita a classe trabalhadora para a sua plena reprodução.

A expansão do mercado capitalista diante da vida e da natureza afeta os modos de vidas. Essa lógica leva em consideração um afã desenvolvimentista e crescente gerando uma distorção da vida humana e da sua continuidade. Não é absurdo, portanto, considerar que estamos caminhando para um “suicídio coletivo” uma vez que, as condições para a sustentação do sistema de mercado são contraditórias aos critérios de reprodução da vida humana. Dessa maneira, a ética do bem comum se manifesta a partir das experiências dos sujeitos afetados pela distorção de suas vidas e da natureza (Hinkelammert & Jiménez, 2005). A ética do bem comum é histórica e não apriorística

ca, isto é, ela é um conjunto de experiências que responde diretamente às condições de exclusão vivida pelos sujeitos, pela dominação e opressão das relações mercantis. Dentre as comunidades que sofrem essas ações estão os ribeirinhos.

Posição desde os afetados

No mosaico dos processos históricos brasileiros, comunidades tradicionais ribeirinhas compõem um espaço centenário e milenar de produção e reprodução ampliada da vida nas margens de rios que banham todas as regiões do país. Evidentemente, cada uma dessas comunidades carrega em si as particularidades da sua formação regional em relação com os processos globais migratórios econômicos e culturais.

Em Mato Grosso do Sul, sobretudo no sudoeste do estado, estão localizadas famílias que descendem dos Guatós – grupo nativo que ocupava a região do pantanal sul-matogrossense e matogrossense – e parte de imigrantes oriundos da Bolívia, país de fronteira a oeste do estado. A pesca se constitui como a principal atividade laboral de subsistência dessas famílias, enquanto que a agricultura e a pecuária são menos expressivas nas imediações dos principais rios da região, o rio Paraguai e o rio Cuiabá (Siqueira et al., 2018).

A comunidade de Barra do São Lourenço localiza-se às margens do rio Paraguai e Cuiabá na região que é conhecida como Serra do Amolar, fronteira com a Bolívia. A área da região situa-se no município de Corumbá, noroeste de Mato Grosso do Sul e é estimada em 8.147Km². Atualmente abriga outras três comunidades além de São Lourenço. Atualmente, 23 famílias compõem a comunidade (Siqueira et al., 2018).

A paisagem da região é moldada por enchentes, nos períodos alagamentos e secas severas nos períodos sem chuva. No início do século XX as famílias da Serra do

Amolar baseavam suas atividades econômicas na produção de rapadura, cana-de-açúcar, couro de animais silvestres e criação de gado. Com a proibição da caça e venda de animais silvestres – como jacaré – e a grande cheia de 1974 que alagou, de forma permanente, extensas áreas, as famílias foram obrigadas a se mudar para a região mais próxima a Corumbá e basear a principal atividade de subsistência na pesca, agricultura e extrativismo de recursos naturais típicos da região.

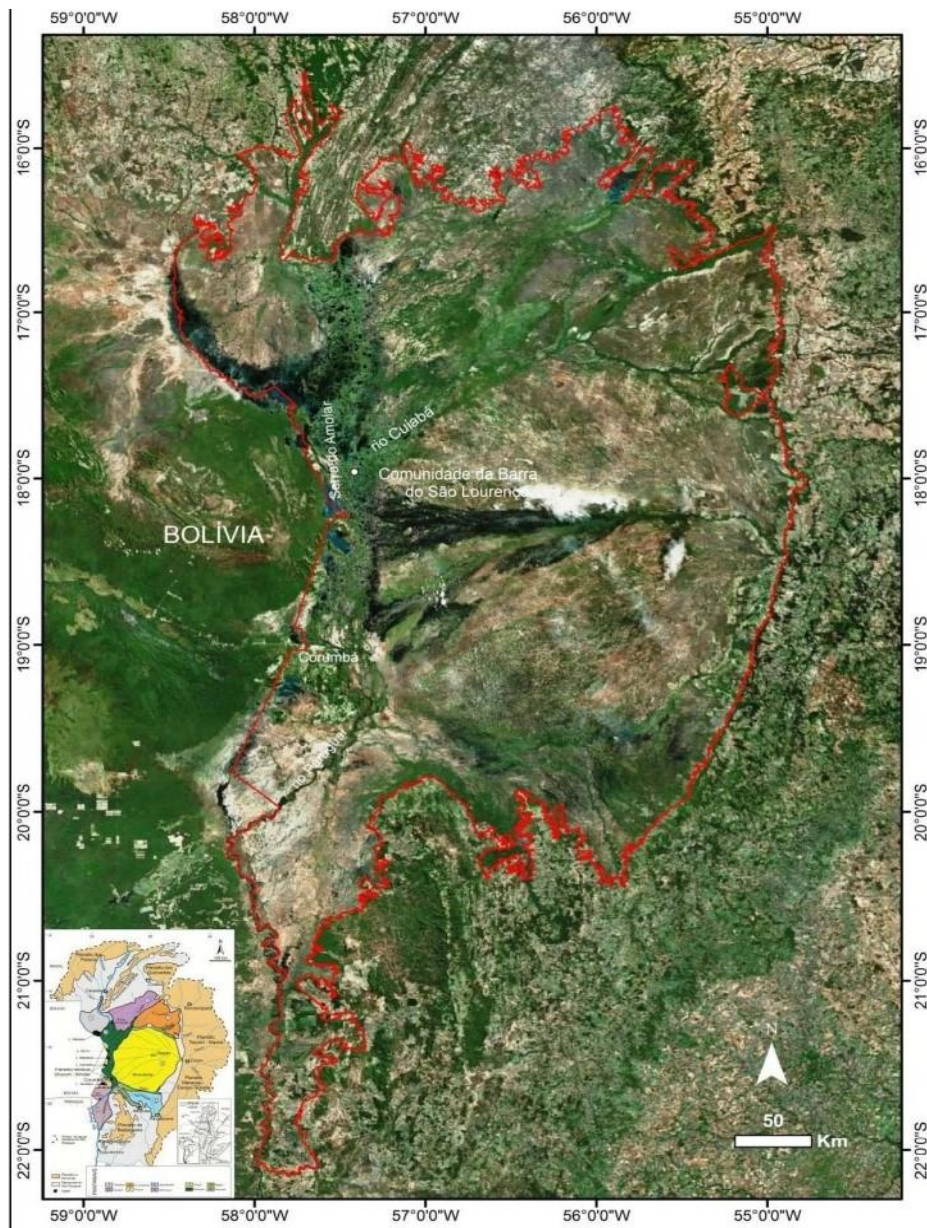


Figura 1:
Área que abriga a comunidade de Barra de São Lourenço, Cuiabá – MS

Fonte: *Siqueira et al.* (2018)

Outra comunidade também se situa nos limites do município de Corumbá-MS, mais precisamente a 70 km da cidade. A comunidade de Porto Esperança compõe-se de cerca de 130 ribeirinhos ao norte das margens do rio Paraguai. Em 1912 a região era a última rota da linha ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste Brasil até o ano de 1995, data do desligamento do trem de passageiros de Porto Esperança. Com o desligamento da linha férrea, algumas famílias migraram para zonas urbanas próximas e a comunidade passou a enfrentar problemas de locomoção, falta de energia elétrica e saneamento básico. No ano de 2000, a comunidade fechou a ponte do Rio Branco com galhos de árvore para evitar a circulação e convidou a imprensa local a documentar a mobilização que reivindicava a instalação de luz na comunidade. No ano seguinte, a

comunidade foi atendida pelo plano de eletrificação das zonas rural (Souza & Silva, 2009).

A comunidade, atualmente, enfrenta conflitos com um porto da Companhia Vale do Rio Doce que opera transporte e embarque de minérios na região. Moradores alegam poluição dos rios e problemas respiratórios relacionados à poeira deixada pelos minérios. Ainda em 2013 ocorreu uma tentativa de cercamento, quando a empresa ABBS Agropecuária sob aval do Ministério Público instalou cercas dentro do território da comunidade. Contudo, em 2014, o Ministério Público revogou decisão liminar que favorecia a empresa e declarou a posse da área como território centenário ribeirinho (Combate Racismo Ambiental, 2013).

A relação que as famílias estabelecem com a natureza me chamou atenção para dar início à construção de um possível objeto de pesquisa. Para além da noção distante de natureza que estabelecemos enquanto sujeitos inseridos na cidade sob um modo de produção capitalista; o que as famílias que vivem e dependem da natureza para reprodução da vida produzem? Como se organizam? A relação com a natureza é fundamental para a vida, autonomia e autodeterminação de seus modos de vida em relação aos modos de vida da sociedade capitalista? São questões que impulsionam a busca por apreender modos de vida dessas comunidades.

As ações de defesa de seus territórios, de defesa de suas vidas e sua reprodução me levaram ao que vem sendo trabalhado enquanto “modos de vida”. Essa construção que não se expressa enquanto um conceito delimitado proporciona ao pesquisador operar em um campo que se centraliza no conjunto de práticas cotidianas de um grupo, comunidade ou sociedade, porém não se mantém restrita a esta dimensão.

Modos de vida estão determinados por uma série de novos elementos e formam conteúdos diferentes a depender de como esses elementos são determinados entre si.

Em minha trajetória, pude desenvolver uma pesquisa sistemática ampliada sobre o tema modos de vida em relação com a natureza e como eles se expressam nas produções latino-americanas⁶. Com 1000 artigos selecionados, 196 responderam a critérios de inclusão baseados em dois critérios: este artigo apresenta a dimensão humanidade-natureza? E os elementos de reprodução da vida são abordados nestes artigos?

Os artigos foram divididos em três eixos principais, a) artigos que partem da apropriação da natureza a partir do trabalho, seus saberes e aspectos culturais oriundos da relação homem-natureza; b) artigos que trabalham práticas destrutivas entre humanidade e natureza na sociedade contemporânea; e c) artigos que dão ênfase a reprodução social.

A maior parte das produções se concentra no primeiro eixo que trata de comunidades tradicionais e a relação que os indivíduos constroem enquanto inseridos em um território próximo a natureza. Quando mediados pela natureza, o ponto comum nos três conjuntos se expressa nas práticas cotidianas e o produto que se revela a partir delas formando o que se entende por modos de vida. O termo denota sempre a ação continuada de um grupo de sujeitos sobre a natureza, ou sobre possibilidades de sua própria reprodução. Ora modos de vida estão significados como práticas do trabalho cotidiano, dos saberes acumulados por seus grupos e seus aspectos culturais, ora como ações mediadas pela relação homem-natureza, ora como condição da reprodução

⁶ A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2022 no primeiro semestre no programa de pós-graduação em administração da UFRGS, na disciplina de seminários de pesquisa em estudos organizacionais II, ministrada pela profa. Dr. Maria Ceci Misoczky. No tempo da disciplina pude desenvolver e explorar as produções latino-americanas que apresentavam modos de vida, estilos de vida, formas de vida, gêneros de vida ou meios de vida relacionados com a natureza.

de recursos naturais para sobrevivência. É bastante comum o campo do trabalho e da produção ser abordado neste conjunto, entretanto, há uma centralidade nas análises sobre aspectos culturais e de saberes tradicionais.

O segundo conjunto se refere a artigos que abordam modos de vida enquanto as práticas da sociedade moderna e seus avanços nefastos sobre a natureza. A discussão é marcada por temas de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e debates que vem sendo realizados no pensamento ambiental. Já o terceiro conjunto inclui artigos que tem como centralidade abordagens que relacionam modos de vida e reprodução social, seja em comunidades tradicionais, seja na sociedade contemporânea mediada pelo processo do capital.

Modos de vida se referem tanto a comunidades tradicionais, mas também a formações sociais industriais. Entretanto a determinação fundamental de modos de vida são os sujeitos a que ela se refere. Mas há algo que chama atenção, como modos de vida podem não ter um conteúdo preciso? Poderíamos cair em relativismos do tipo modos de vida se diferem dependendo da análise empregada? Não se trata aqui de estabelecer um conteúdo preciso da palavra, mas de seguir suas determinações.

Modos de vida em debate: luta pela vida e natureza

A relação modos de vida-natureza demonstra ser um campo de análise que expressa, por excelência, a relação sujeito-natureza. No caso da relação sujeito-natureza nos deparamos com a corporalidade ativa, com a posição de ação idealizada e, portanto, teleológica do sujeito. Do outro, encontra-se a matéria já dada, o corpo inorgânico que fornece os valores de uso para o sujeito. A maneira que o homem tem de se transformar e transformar a natureza é mediado pelo trabalho, logo a frase de Marx baseada

em William Petty se coloca central nessa relação, em que o pai da riqueza material é o trabalho e a natureza é a mãe (Marx, 2013). Sendo assim, ‘modos de vida’ poderia compreender um conjunto de esferas dessa relação primordial. Há pouco nas publicações sobre o metabolismo entre sujeito-natureza construído a partir do trabalho. De certa maneira, o trabalho aparece nessas publicações, mas logo é superado para dar lugar a análises culturais ou simbólicas.

O trabalho de Cruz (2010, p. 924), por exemplo, trata dos saberes de mulheres quilombolas na extração de “recursos naturais de forma sustentável, aparando vidas, cuidando de suas famílias e colaborando no processo de construção de um desenvolvimento sustentável”. A autora ainda afirma que esta noção de desenvolvimento sustentável é a utopia que tomará o lugar do socialismo no milênio em que vivemos. Este é um sintoma de parte das análises operadas, uma vez que a pesquisa sustentada pelo discurso dos sujeitos em comunidade e seus aspectos culturais tomam centralidade, a contradição entre capital-trabalho não se torna a contradição central do modo de produção capitalista. A utopia do desenvolvimento sustentável se coloca como uma “alternativa” aparente dos processos engendrados do capital. Mais ainda, ela é uma expressão das formas de existência do capital. As análises desconectadas da materialidade engendrada nas relações sociais e de produção produzem não somente a reafirmação do aspecto desestruturante do capital sobre os modos de vida, como também as inserem num plano imediatista de reflexão.

A noção de desenvolvimento sustentável é marcada por uma contradição, pois “desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste

da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 24). Poderíamos considerar a análise de uma comunidade a partir de conceitos engendrados pelo centro do capitalismo? Se considerarmos a ética do bem comum, a produção dos modos de vida das comunidades de mulheres quilombolas deve partir de seu entendimento próprio das relações concretas por elas engendradas. Evidentemente que o caráter insaciável da reprodução ampliada do capital pode levar a um discurso de desenvolvimento sustentável no seio da vida cotidiana dessas mulheres, no entanto, considerar a interpelação das experiências das comunidades quanto aos valores advindos de fora de sua realidade é um fator essencial.

A ética do bem comum é a experiência dos afetados na história e sua interpelação ao sistema de mercado totalizado. O mercado se coloca como um regulador das fragmentações naturais da humanidade tanto no pensamento econômico tanto quanto nos projetos político-econômicos de sociedade. Hinkelammert e Mora Jiménez (2005) resgatam a partir de Hume a introdução na filosofia de que a ação humana é *a priori* fragmentária. Logo, as ações humanas apontam para uma tendência à desordem. É no pensamento da Economia Política e no resgate da filosofia de Hume que Adam Smith vai considerar a característica de uma mão invisível, um mecanismo auto-regulador do mercado. A ordem, portanto, só pode se manifestar a partir de uma ação não humana, mas do mercado e seu espírito regulador. No entanto, o que se coloca como lei de mercado, é desvelado por Marx enquanto uma lei de produção da classe burguesa, isto é, uma produção humana que proporciona esta ordem de mercado, uma convenção social de um ato intencional que indiretamente produz efeitos sobre os produtores.

Não se trata de uma natureza da ação humana fragmentária, se trata de uma ação humana intencional com efeitos indiretos que fragmentam os conjuntos interdependentes da vida humana como a reprodução social e, conseqüentemente, a reprodução da natureza. Com efeito, a necessidade do capital em se transformar em mais capital diante de um conjunto de regras gerais do mercado nega a reprodução da vida dos afetados pela sua própria condição de existência. Se na perspectiva de uma fragmentação da ação humana seria impossível pensar sua totalidade, o conjunto da vida humana ganha uma possibilidade de síntese, uma vez desvelado o caráter intencional das fragmentações.

Nesse sentido, modos de vida agregam em seu conjunto não apenas práticas cotidianas da organização da vida, mas também uma possibilidade de pensar para além do tempo presente a partir da reprodução da vida. A relação história-cotidiano permite aos sujeitos em comunidades estabelecer elementos tradicionais de sua vida com as invasões iminentes em seus territórios ou ameaças a seus modos de vida.

Os modos de vida de comunidades tradicionais expressam um contraponto à racionalidade capitalista como em Tiriba e Fischer (2015, p. 407), que mencionam a “riqueza das culturas que se constituem e se expressam como modos de vida que se contrapõem à racionalidade capitalista”. A condição da cultura se coloca como fundamental na proposição, uma vez que a esfera da economia é constituída pela unidade economia-cultura. As autoras apresentam a racionalidade de comunidades tradicionais por um lado como racionalidade ambiental, ou seja, o caráter dos modos de vida estar integrados aos ciclos naturais e os conhecimentos sobre os recursos naturais e seu ecossistema. Por outro, identificam o que chamam de racionalidade econômico-

produtiva, que se caracteriza pela produção em unidades familiares, baixa divisão técnica e social do trabalho e a relação parcial com o mercado capitalista, vendendo apenas o excedente da produção e comprando produtos industrializados.

O mercado enquanto coordenador da racionalidade meio-fim estabelecida na modernidade opera mecanismos de preço e intercâmbio mercantil que não se baseiam no circuito da vida humana. Isso fica mais evidente quando a economia caracteriza externalidades na ação racional dos indivíduos, logo, os efeitos que exacerbam os meios empregados em direção a um fim específico são considerados como externos às linearidades da ação racional. Nesse sentido, “a complexidade do circuito meio-fim originado no mercado tende a esconder a relação de causalidade entre a racionalidade meio-fim e seus efeitos destruidores” (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005, p. 273).

A racionalidade reprodutiva se apresenta como uma ciência empírica que não parte de juízos de meio-fim, mas como uma ciência que oferece critérios de verdade como sendo o da reprodução da vida diante da morte. Sua lógica não consiste em negar a racionalidade meio-fim, mas oferecer critérios para a intervenção da ação meio-fim a fim de transformá-la e reorientá-las (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005).

A racionalidade meio-fim mediada pelo mercado se baseia no balanço entre custos de produção e preço do produto. No entanto, esses custos estão fundamentados na exploração da força de trabalho, na divisão social do trabalho e na reprodução das condições de produção. O cálculo contábil não leva a natureza da exploração nas suas atas. Cabe à racionalidade reprodutiva reorientar o núcleo da ação meio-fim para a reprodução da vida e seu ciclo. Trabalhos como o de Tiriba e Fischer (2015) identificam na relação metabólica com a natureza - os saberes dos ciclos naturais portados por

comunidades tradicionais. Há um esforço para identificar as características e atributos que a racionalidade dessas comunidades se constitui a partir da relação sujeito-natureza, entretanto não há uma discussão de como as comunidades interpelam a racionalidade meio-fim com o critério da reprodução da vida.

Max Weber (1994) é um dos principais intelectuais a pensar a racionalidade como uma ação social na passagem do século XIX para o século XX e o processo de racionalização que se estendia no centro do capitalismo, a Europa Ocidental. Para o autor, a ação racional mais puramente referente a valores se dá quando um indivíduo age, sem necessariamente considerar seus efeitos, segundo suas convicções, sejam elas de origem religiosa, estética, pautadas na dignidade ou a uma causa. A ação racional referente a valores “é uma ação segundo ‘mandamentos’ ou de acordo com ‘exigências’ que o agente crê dirigidos a ele” (Weber, 1994, p. 15).

A ação racional referente a fins se orienta pelos fins visados pelo agente e pelos meios que são ponderados em relação à consequências secundárias. A ponderação entre meios e consequências secundárias é pautada pelos fins que estão inseridos no agente. A questão é que essa ponderação de fins e suas consequências concorrentes podem ser orientadas racionalmente por valores. Weber (1994, p. 16) indaga que na realidade é raro que uma ação seja puramente apenas orientada por fins ou mesmo por valores. Os conceitos de tipo ideal orientam o fazer de compreensão sociológica “dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais [...] ela se compõe”.

Hinkelammert e Mora Jiménez (2005) analisam o fenômeno presente, mas historicamente constituído, do enfoque neoclássico meio-fim por um sistema de intercâmbios mercantis e seu fundamento, a divisão social do trabalho. O sistema altamente

desenvolvido da divisão social do trabalho é o responsável por cumprir a função de coordenação entre os fins que a sociedade almeja e os meios que ela dispõe. Nas condições formais que fundamentam o desenvolvimento de uma economia de mercado – direito à propriedade privada, dinheiro como equivalente geral e como meio de circulação, as transformações dos produtores em trabalhadores assalariados livres, a transformação de dinheiro em capital – a divisão social do trabalho altamente desenvolvida e enquanto coordenadora dos meios-fins adquire um aspecto técnico e instrumental.

Os fins se referem a uma realidade concreta, isto é, um objetivo a ser alcançado. Já a finalidade se orienta por uma vontade livre. Os agentes antes mesmo de alcançar os fins, determinam finalidades que no horizonte dos sentidos da ação social produzem normas e juízos de valor (Hinkelammert & Jiménez, 2005). O objeto da economia como posto pelo enfoque neoclássico leva em consideração o sistema de intercâmbio de diferentes mercadorias e sua expressão em signos monetários, o dinheiro. Esse enfoque tensiona as análises para o campo das condições formais de existência, colocando em suspensão as necessidades da vida humana em função de uma economia de mercado e levando a lógica da ação meio-fim para a totalidade dos fenômenos sociais e das relações entre os sujeitos.

A expansão do mercado compreende um circuito no qual o processo do capital transforma dinheiro em mais dinheiro, ou a base da formulação da circulação em Marx $D - M - D'$. Este é o circuito da circulação que se manifesta na produção orientada para o intercâmbio de mercadorias. A questão levantada por Bhattacharya (2017) é relevante para esta reflexão, como se dá o circuito da reprodução da força de trabalho?

Para a autora, a reprodução da força de trabalho se dá num circuito distinto da produção de mercadorias. Ao invés do circuito $D - M (mp, ft) \dots P \dots M' - D'$ no qual se tem a troca do dinheiro (D) por uma mercadoria (M) que representa o conjunto de meios de produção (mp) e força de trabalho (ft). Os três pontos representam a saída da circulação para a produção (P) onde a mercadoria é transformada numa nova mercadoria (M') e finalmente, trocada por mais dinheiro (D'). No circuito da reprodução da força de trabalho, teríamos $D - A - P - F - D$. Nesse circuito o trabalhador troca o dinheiro (D) em artigos de consumo (A) que são consumidos no processo similar da produção (P). Ao invés de produzir uma nova mercadoria, o trabalhador apenas reproduz a mercadoria que lhe é própria, a força de trabalho (F) que será trocada por dinheiro (D), mais precisamente o salário.

A direção do segundo circuito é realizada pelo próprio trabalhador, os artigos de consumo podem ser de qualquer natureza, vestimentas, alimentos, lazer, etc. Essa distinção de circuitos é importante, pois demonstra como a lógica da produção e circulação de capital (parte da burguesia) é acumulativa em relação ao circuito da reprodução da força de trabalho. Mais ainda, de certa maneira, o segundo circuito tem que ocorrer para a manutenção do primeiro, já que o F do segundo circuito corresponde a (ft) no primeiro. A interpelação da racionalidade reprodutiva começa justamente no questionamento da centralidade do primeiro circuito, e sobretudo, na possibilidade de instaurar a reprodução enquanto seu núcleo.

Evidentemente, o segundo circuito construído por Bhattacharya não é equivalente à lógica da reprodução da vida e dos circuitos da natureza. A autora está apreendendo e demonstrando como se dá a reprodução da força de trabalho no modo de pro-

dução capitalista. Desta maneira, a autora identifica faltas (*lacking*) na satisfação das necessidades da classe trabalhadora. Há em operação uma discrepância entre a necessidade da reprodução da vida e a reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, a satisfação a partir da utilidade dos artigos de consumo nunca é plena na reprodução da força de trabalho, porque justamente se limita a reproduzir uma mercadoria (força de trabalho) e não o trabalhador em sua ordem integral. Como as necessidades da classe trabalhadora poderiam sustentar-se num processo que toma como central a reprodução de sua corporalidade ativa, a possibilidade de produzir, não sua própria vida?

É a partir deste ponto que modos de vida podem ser articulados em direção à reprodução da vida. Se modos de vida representam uma totalidade de relações que os sujeitos estabelecem com a natureza, não se pode compará-los às experiências atomizadas de indivíduos compradores de artigos de consumo e vendedores de mercadorias para sobreviver. Portanto, como se estabelece o núcleo da racionalidade reprodutiva? A partir das experiências e valores construídos pelos sujeitos afetados pelo mercado. Isso significa que as interpelações à racionalidade meio-fim só podem ser postas por modos de vida de sujeitos que estão à margem do capital. O trabalho de Smith (2020) sobre modos de vida o levou a explorar as relações entre o lugar do trabalho e o lugar da comunidade que estão necessariamente entrelaçados, mas com complexidades peculiares.

Baseado no termo *livelihood*, Smith (2020) tenta construir modos de vida enquanto uma condição de ganhar a vida para além de um ingresso monetário, ou seja, a participação em múltiplas práticas e relações sociais mediadas por mercadorias ou

não. Para o autor, “a reprodução dos modos de vida exige não só a atenção às condições estreitamente definidas do processo de trabalho, mas também a defesa dos instrumentos essenciais à produção e o constante investimento e manutenção das relações de produção” (Smith, 2020, p. 85). Parte-se da condição de que o espaço de trabalho e o espaço da reprodução social são distintos, porém entrelaçados de uma maneira complexa. Ao estudar trabalhadores em zonas rurais e de vilas periféricas no Peru e trabalhadores da zona rural do Sul de Valência na Espanha, Smith (2020) parte do interesse de relacionar as formas que os indivíduos ganham a vida e as políticas que se desenvolvem na tentativa de defender essas formas. Ao invés de operar categorias como *work* e *labour*, o autor utiliza a expressão *livelihoods*, justamente porque os lugares do trabalho e moradia ou comunidade não estavam claramente demarcados. Modos de vida, portanto, ofereceu a possibilidade de pensar as lutas laborais cotidianas individuais com as lutas coletivas, isto é, sujeitos que viviam em zonas rurais, mas trabalhavam nas indústrias. Sua questão foi: “para as pessoas que vivem no campo, mas historicamente participam do trabalho industrial, que forma assuma a política?” (Smith, 2020, p. 86).

A reprodução da vida, portanto, se torna um campo impossível de ser enfrentado pela racionalidade meio-fim do sistema de leis burguesas. A proposição precisa necessariamente vir de fora dela, do que produzem e reproduzem os afetados, nas suas lutas cotidianas políticas. A sugestão que interpela a ação meio-fim é o conjunto das experiências das lutas dentro e fora dos espaços do trabalho pela classe trabalhadora. São os modos de vida de comunidades tradicionais que sofrem extermínios e intimidações do sistema de mercado. Os modos de vida são possibilidades concretas e his-

tóricas de lutar pela própria reprodução de sujeitos afetados, lutar realmente pela vida contra a morte e, ao mesmo tempo, colocar em xeque a lógica de suicídio que o mercado capitalista se propõe a reproduzir a si mesmo e a classe dominante. Talvez uma pergunta que possa guiar um pesquisador em estudos sobre a reprodução da vida é: qual a interpelação ecoa nos modos de vida daqueles afetados e excluídos pelo capital?

Referências

- Bhattacharya, T. (2017). How not to skip class: social reproduction of labour and the global working class. In: BHATTACHARYA, T. (Ed.) *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto, 88-116.
- Braga, G. B., Fiuza, A. L. C., Remoaldo, P. C. A. (2017) O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias [online]*. 19(45), 370-396.
- CANDIDO, A. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- Combate Racismo Ambiental. (2013). MPF/MS recomenda a retirada imediata de cercas instaladas ilegalmente no Distrito de Porto Esperança em Corumbá. Disponível em: <http://goo.gl/tj3Cnd>.
- Cruz, T. A. (2010). Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3):336, 913-925.
- Engels, F. (2010) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Modos de vida

Ferreira, C. G. (1993). O Fordismo, sua crise e o caso brasileiro. *Cadernos do CESIT*, 13. UNICAMP, 1 – 34.

Porto-Gonçalves, C. W. (2004) In: SADER, Emir (Org.). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record.

Guerra, I. (1993). Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, 59-74.

Hinkelammert, F.; Mora Jiménez, H. (2005). *Hacia una economía para la vida*. San José: DEI.

Lefebvre, H. (1970) *La révolution urbaine*. Paris : Gallimard, Collection «Idées».

MARINI, R. M. (1973) *Dialética da Dependência*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

Marx, K. (2011). *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo.

Marx, K. (2013). *O capital*. Livro I. Campinas: Boitempo.

Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332.

Pinto, F. A. (2019). Os modos de vida das comunidades de luta da Bacia do Rio Camaquã e suas possibilidades. 138 f. (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Siqueira, A. L., Silva, A., Silva, B. L. P. (2018). Áreas protegidas no Pantanal: Comunidade tradicional da barra do São Lourenço na fronteira Brasil/Bolívia – região de Corumbá - MS. *Ra'e Ga* DOI: 10.5380/raega Curitiba, 45(1), 74 – 90.

SMITH, G. (2020). Reflexiones sobre la cambiante esfera de la reproducción social y la lucha de clases: casos de Perú y España. *Cuadernos de Antropología Social*. 51, 71-89.

Souza, J. M., Silva, A. S. (2009). A infância em Porto Esperança e Porto da Manga. In: *III Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores: História e diversidade*, 2009, Dourados-MS. III Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores: História e diversidade. Dourados-MS: Ed. UFGD, 1, 1-17.

Tiriba, L.; Fischer, M. C. B. (2015). Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. *Revista de Educação Pública, [S. l.]*, v. 24, n. 56, p. 405-428, 2015.

Vidal de la Blanche, P. (1911). Les genres de vie dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*, 20(111), 193-212.

Weber, M. (1994). *Economia e Sociedade*, v. 2. Brasília: Editora UnB.

Modos de vida

Wood, S. (1991). O Modelo Japonês em Debate; pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17.